

HABEAS CORPUS Nº 548.178 - MG (2019/0354955-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : PAULO VICTOR DE PINHO MIRANDA E OUTROS
ADVOGADOS : EPIFANIO SETTE DE ABRIL JUNIOR - MG107751
PAULO VICTOR DE PINHO MIRANDA - MG183639
BRUNNA BASTOS SOARES - MG188471
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAULO HENRIQUE BRAGA PERPETUO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE BRAGA PERPETUO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.143726-8/000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 25/10/2019 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, porque, em cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência do réu, policiais militares o surpreenderam na posse de **235,99g de maconha** (e-STJ fl. 19).

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, sustentando, em síntese, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, destacando condições pessoais do paciente, tais quais primariedade, ocupação lícita e residência fixa (e-STJ fl. 57). O Tribunal, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 56):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS INSCRITOS NOS ARTS. 312 E 313 DO CPP - GRAVIDADE CONCRETA - DESPROPORCIONALIDADE DO ACAUTELAMENTO - TESE AFEITA AO MERITUM CAUSAE - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS ABONADORAS QUE, POR SI SÓS, NÃO AUTORIZAM A REVOGAÇÃO DA CONSTRIÇÃO - ORDEM DENEGADA.

Na presente oportunidade, a defesa reitera que inexiste qualquer dado concreto a autorizar o decreto de prisão preventiva, pois a decisão não demonstrou a presença do *periculum libertatis*, reafirmando que o paciente é primário e que a existência de 2 processos suspensos não são suficientes para justificar a prisão.

No mais, assevera que não foi apreendida quantidade exorbitante de droga, bem como a natureza do entorpecente não possui alta lesividade e, em caso de eventual condenação, poderá ter a pena substituída por restritivas de direitos, denotando sua desproporcionalidade.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu não haver ilegalidade na prisão, conforme se extrai do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fl. 54):

Primeiramente, destaca-se que a prisão flagrancial foi convertida em preventiva. Seguem os fundamentos utilizados:

"A uma, porque presente a regra constante do art. 313,1, do Código de Processo Penal. A duas, em razão da materialidade e indícios de autoria do delito, consoante as provas apresentadas, em especial as declarações testemunhais, a confissão do acusado na fase policial, e o auto de constatação preliminar de substâncias entorpecentes; A três, pela gravidade em concreto da conduta. O autuado foi encontrado com considerável quantidade de drogas -12 tabletes, cada qual com aproximados 20 gramas Além disso, o autuado buscou com suas atitudes frustrar as diligências

policiais tentando dispensar a droga ar remessando-a por cima do muro de sua residência Também jogou seu celular no chão e tentou quebrá-lo par a obstar a apuração dos fatos.

Ainda em seus declarações, o autuado narrou que vendo drogas há um ano, sendo cada tablete por R\$100,00. É também importante lembrar que o autuado já era alvo de operações polidas, tanto que as circunstâncias motivaram a expedição prévia de mandado judicial de busca e apreensão.

Enfim, foi encontrada a quantia de R\$1317,00, quantia esta bem considerável, além de um iphone 5s. de alto preço, não havendo comprovação de origem lícita, sem contar que o autuado informou não estar trabalhando por falta de serviço. Tais elementos vem a indicar que os valores decorreram possivelmente da traficância

O autuado também tem passagens por outros delitos, conforme a FA, juntada. *Com efeito, os bens encontrados, em especial pelo valor e a quantidade de droga, somados ao tempo de atuação e demais circunstâncias indicam a dedicação à atividade criminosa. Vale dizer: os fatos narrados autorizam a conclusão acerca da periculosidade concreta do agente e possível dedicação à traficância, em prejuízo da sociedade. Assim, a conversão da prisão flagrancial para preventiva é salutar para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.*

Ante o exposto, converto a prisão flagrancial em preventiva, valendo esta decisão como mandado, expediente carta precatória, com validade de 20 (vinte) anos, a partir da data do fato ".

Como se vê, a prisão teve por fundamentos o tempo de pena materialidade e indícios de autoria a gravidade concreta etc. De acordo com as circunstâncias e a própria palavra do autuado, a droga não se destinada a consumo próprio. A prisão foi decretada para a garantia da ordem pública na forma do art. 312 do Código de Processo Penal.

Ainda foi apontado que houve expedição de mandado, indicando que o autuado já era alvo de investigação. A localização das drogas veio inclusive a confirmar tal panorama. Sem contar que com a chegada da polida o autuado passou atentar destruir e se livrar de provas, tendo arremessado a droga por cima do muro e tentado quebrar o celular para inviabilizar o exame de mensagens ligadas à traficância

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, como bem asseverado pelo Magistrado de primeiro grau, o paciente [...] *contempla alguns delitos anteriores* (e-STJ fl. 55). Com efeito, [o] *histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal* (HC n. 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 5/5/2015, DJe 14/5/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruído, dispensei as informações.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator